

PRÉMIO LER+ 2018 PARA PLATAFORMA "AINDA ESTOU A APRENDER"

Plano Nacional de Leitura premeia projeto implementado em Famalicão

A plataforma "Ainda Estou a Aprender", que está a ser implementada nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Vila Nova de Famalicão, foi distinguida com o Prémio Ler+ 2018, instituído pelo Plano Nacional de Leitura 2017-2027.

No distrito de Braga, apenas em Vila Nova de Famalicão este projeto está a ser implementado num âmbito municipal integrando os Programas Educativos Municipais.

Neste primeiro ano de execução, a plataforma "Ainda Estou a Aprender" chega a quase 2 mil alunos



Plataforma "Ainda Estou a Aprender" está a ser implementada nas escolas do 1.º Ciclo

do 2.º ano de escolaridade e está a ser dinamiza-

da por 62 professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

e do Ensino Especial. A primeira fase do pro-

jeito já decorreu com a realização de provas de rastreio, para identificação dos alunos em risco de dificuldade de aprendizagem ao nível de leitura e escrita para que sejam intervenções com recurso à plataforma "Ainda Estou a Aprender".

O "Ainda Estou a Aprender" é um projeto de formação online de professores e de intervenção nas dificuldades na aprendizagem da leitura, com a coordenação científica de Iolanda Ribeiro, Fernanda Leopoldina Viana, Irene Cadime e Sandra Santos, da Universidade do Minho.

Segundo a autarquia famalicense, «este prémio constitui mais um reconhecimento da pertinência da implementação desta ação junto dos professores e dos alunos do Município de Vila Nova de Famalicão».

O Prémio Ler+ 2018 foi instituído pelo Plano Nacional de Leitura 2017-2027, contando com o patrocínio exclusivo da Fundação La Caixa e BPI, e tem por finalidade reconhecer o trabalho realizado em prol da melhoria dos índices de leitura dos portugueses e da promoção do gosto pela leitura e pela escrita.

PROTÓCOLO

Iberdrola financia equipa de intervenção permanente de Bombeiros em Cabeceiras

A Iberdrola vai apoiar o financiamento de uma Equipa de Intervenção Permanente nas corporações de bombeiros voluntários dos territórios ligados ao Sistema Eletroprodutor do Tâmega. Para isso, a energética vai investir 389 mil euros, através da celebração de protocolos com as autarquias de Cabeceiras de Basto, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena.

Segundo a empresa, a escolha daquelas três corporações tem por base o facto de serem as primeiras a ser acionadas em caso de emergência nas obras do Sistema Eletroprodutor do Tâmega. «Tendo em conta a dimensão do projeto, é para a Iberdrola fundamental que existam equipas de

bombeiros bem dimensionadas e preparadas nestes territórios, pelo que pretende contribuir ativamente para esse objetivo», sustentam os responsáveis da energética.

Cada Equipa de Intervenção Permanente é constituída por cinco bombeiros, cabendo ao Comando Distrital de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil a ativação da mesma.

O primeiro dos três protocolos foi, ontem, assinado em Cabeceiras de Basto, com a presença do presidente da Câmara, Francisco Alves e de representantes da Iberdrola. O mesmo acontecerá até ao final do ano nos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena.

A Iberdrola tem ainda



Iberdrola e Câmara de Cabeceiras firmaram acordo de cooperação

mais de 10 milhões de euros para aplicar em ações de compensação de fauna e flora locais, requeridas pela Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do Sistema Eletroprodu-

tor do Tâmega.

Uma parte desse investimento vai ser implementada através da assinatura, com os cinco municípios mais afetos ao projeto, de protocolos que

definem as ações a ser desenvolvidas ao longo de cinco anos.

Para além de Cabeceiras de Basto, cujo protocolo foi também ontem assinado, juntam-se Ribeira

de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Boticas no conjunto de municípios apoiados, por serem os mais ligados à obra do Sistema Eletroprodutor do Tâmega.

Entre as ações protocoladas, destacam-se a gestão, recuperação e conservação de povoamentos florestais de espécies autóctones, a recuperação de florestas de ribeira e melhoria da conectividade dos cursos fluviais, a plantação de sobreiros ou o melhoramento dos ecossistemas aquáticos. «Com a participação das Câmaras Municipais na execução destas medidas compensatórias, conseguem-se outros objetivos, a somar aos de carácter biológico ou ambiental associados a cada uma delas», referem os responsáveis.